

Novas ameaças dos EUA preocupam o Brasil

Justiça norte-americana volta a intimidar Alexandre de Moraes

Por Karoline Cavalcante

Diante dos novos capítulos dos embates entre o governo norte-americano e o brasileiro, a relação entre os dois países tende a se tornar mais tensa e imprevisível. Em entrevista ao Correio da Manhã, a advogada especialista em relações internacionais, Hanna Gomes, avalia que o Brasil se encontra em um momento delicado, onde a defesa de sua soberania — tanto jurídica quanto política e econômica — será fundamental para enfrentar o atual cenário conflituoso.

Na segunda-feira (7), a Justiça da Flórida, estado nos Estados Unidos da América (EUA), voltou a intimidar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em uma ação movida pela empresa Trump Media & Technology Group (TMTG), do presidente do país, Donald Trump (Republicano), e pela plataforma de vídeos Rumble. Desde fevereiro, as corporações acusam o magistrado de “tentativa de censura”. Com isso, Moraes terá 21 dias, contados a partir da notificação, para se manifestar formalmente no processo.

Ação

A ação inicial envolve uma decisão do magistrado brasileiro que exigiu o fechamento permanente da conta do influenciador bolsonarista Allan dos Santos na Rumble e a proibição da criação de novos perfis vinculados a ele. Apesar da ordem, a plataforma não atendeu à determinação, o que levou o ministro a decidir pela suspensão da plataforma em todo o Brasil, além de uma



Alan Santos/PR

Ameaças de Trump sobre o Brasil geram preocupação

multa diária de R\$ 50 mil até que a empresa cumprisse.

Diante da possibilidade, a Advocacia-Geral da União (AGU), que possui a atribuição de defender autoridades brasileiras, prepara uma série de minutas de intervenção processual, “caso se decida por essa atuação a qualquer momento”. Na petição de agora, as empresas pediram a indicação do endereço do ministro no Brasil para entrega do mandato.

“Na avaliação dos advogados americanos que auxiliam a AGU no monitoramento do processo, isso sugere que as empresas pedirão a citação por meio das autoridades centrais para cooperação jurídica internacional, conforme prevê tratados sobre a matéria em vigor entre ambos os países”, diz trecho da nota. Por fim, o documento do órgão acrescenta que, de qualquer forma, “nada acontecerá até que o Clerk (diretor de secretaria) do Tribunal analise e assine o mandato”.

Taxação do Brics

Diante dos estudos do Brics — bloco internacional que reúne as principais economias emergentes — para criar uma moeda alternativa ao dólar, Donald Trump voltou a ameaçar os países membros nesta terça-feira (8). O líder da Casa Branca declarou que todos os integrantes do grupo receberão taxa adicional de 10% “em breve”. O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que recebeu o comando rotativo do Brics no último domingo (6) — para até o final de 2026 — durante a Cúpula com os representantes, realizada no Rio de Janeiro, respondeu.

Ao subir o tom, Lula declarou que o grupo não aceita intromissão de quem quer que seja em suas decisões soberanas e da forma que cuidam de seus povos. “Nós não aceitamos nenhuma reclamação contra a reunião do Brics. Por isso, não concordamos quando o presidente dos EUA insinuou que

vai taxar os países”, afirmou o chefe do Palácio do Planalto.

Para Hanna, a fala do presidente norte-americano é uma ameaça econômica direta que poderá impactar ainda mais as exportações brasileiras para os EUA, gerando um efeito cascata na economia. “Essa declaração pode ser vista como uma tentativa de pressionar economicamente esses países, possivelmente como parte de uma estratégia mais ampla de reconfiguração de alianças globais ou de proteção da indústria americana”, observou.

Bolsonaro

Ainda na segunda, os países já haviam se estranhado diplomaticamente. Ao mencionar o julgamento conduzido pelo STF sobre a suposta tentativa de golpe de Estado no Brasil, cujo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é réu, Trump disse que o ex-chefe de Estado brasileiro está sendo injustamente perseguido.

Em momento delicado, Lula estanca queda na popularidade

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

Mesmo enfrentando o momento mais delicado de seu terceiro mandato nas relações com o Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viu sua aprovação subir em junho. É o que aponta pesquisa divulgada nesta terça-feira (8) pelo Instituto AtlasIntel em parceria com a Bloomberg. Segundo o levantamento, a taxa de aprovação do presidente passou de 45,4% para 47,3%, alcançando o maior patamar registrado em 2025. Já a desaprovação caiu de 53,7% para 51,8%, sinalizando uma discreta recuperação na imagem do governo. Apenas 0,9% dos entrevistados não souberam opinar.

Em relação ao mês anterior, os números indicam relativa estabilidade. Em maio, a desaprovação estava em 54%, agora caiu para 53%. Já a avaliação positiva do presidente teve uma leve alta, passando de 45% para 47%. A melhora também se estende ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem liderado as negociações com o Congresso em torno das pautas econômicas. A aprovação de Haddad cresceu de 42% para 45%, enquanto a desaprovação recuou de 56% para 51%.

Eleições 2026

A pesquisa também avaliou possíveis cenários eleitorais para 2026, com base nos nomes



Pesquisa mostra também recuperação de Haddad

que disputaram o último pleito. Lula aparece em desvantagem, ainda que dentro da margem de erro, apenas em um eventual confronto com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), com 44,4% das intenções de voto contra 46% do petista. No entanto, esse cenário é considerado atualmente improvável, já que Bolsonaro foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a oito anos de inelegibilidade, até 2030, por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação ao atacar, sem provas, o sistema eleitoral brasileiro.

Considerando adversários

viáveis no campo da direita, Lula venceria com ampla vantagem no primeiro turno. Contra o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o presidente aparece com 44,6%, ante 34% do adversário. Já em um embate com Michelle Bolsonaro (PL), Lula tem 45%, contra 30,4% da ex-primeira-dama. Em eventuais disputas de segundo turno, o petista mantém a dianteira com margens discretas: 0,7 ponto percentual sobre Tarcísio e 0,5 ponto sobre Michelle, ambas dentro da margem de erro. Somente contra Bolsonaro, Lula aparece

numericamente atrás, também dentro do limite estatístico.

Campanha

Esses resultados confirmam tendências já observadas pelo Palácio do Planalto por meio de levantamentos internos, as chamadas “pesquisas tracking”, baseadas em monitoramento diário das redes sociais. De acordo com informações da coluna Correio Político, esses dados já indicavam uma recuperação da popularidade do presidente nas últimas semanas, que a pesquisa agora confirma.

A melhora coincide com a reação do governo após a aprovação, no Congresso Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que derrubou a proposta da equipe econômica de aumentar as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

“Precisa de mais”

Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político André Rosa avaliou que a proximidade dos números entre Lula e seus possíveis adversários na pesquisa acende um alerta para a eleição do próximo ano. “Dados muito próximos com relação aos adversários neste período eleitoral não são boa notícia. Para quem detém a máquina pública, deveria chegar aos cerca de 10% em relação ao segundo colocado, o que liga um sinal de alerta”, considera o analista.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Ricardo Stuckert / PR

Os presidentes: copos meio cheios e meio vazios

Lula e Milei — e a luta por popularidade

Realizada em seis países da América Latina, a pesquisa Latam Pulse — tocada pela Atlas com a Bloomberg — revela que, adversários ideológicos, Lula e Javier Milei têm avaliações semelhantes.

A aprovação de Lula é superior à do argentino — 47,3% a 44,3% —, mas o rival tem reprovação menor, 44,1% a 51,8%.

A variação entre maio e junho revela uma ten-

dência de melhoria da situação do petista e uma estabilidade do ocupante da Casa Rosada.

Em um mês, a diferença entre os que desaprovavam e aprovavam Lula caiu de 8,3 para 4,5 pontos. No caso de Milei, as mudanças foram residuais, uma variação inferior a um ponto percentual — 0,6 ponto de reprovação antes e 0,2 de aprovação trinta dias depois.

Lá e cá

Os governos dos dois maiores países da América do Sul em popularidade: o de Lula tem uma aprovação maior que o de Milei (41,6% a 37,6%), mas sua reprovação chega a 51,2%, contra 41,4%. O saldo negativo do argentino é de 3,8 pontos; do brasileiro, de 9,6.

Mais ricos

A aprovação do ultraliberal Milei, que passou o rodo em direitos sociais, é maior entre os mais ricos: chega a 59,6% (contra 35,5%). O apoio ao presidente no grupo que tem curso superior chega a 46,1% (contra 43,6%) e fica em 28% no grupo que só cursou o primário.



Somos Télam

Manifestantes protestam contra o governo Milei

Argentinos condenam mais a situação da economia

Talvez como reflexo das sucessivas crises enfrentadas pela Argentina, as pesquisas revelam que, de um modo geral, os brasileiros estão menos insatisfeitos e mais esperançosos que os vizinhos.

Por aqui, 36% classificaram de boa a situação da economia (49% disseram que estava ruim); por lá, o placar foi uma goleada ne-

gativa, 17% contra 67%.

Para 36% dos brasileiros, suas famílias vão bem (40%, mal) — na Argentina, os percentuais são, respectivamente, de 16% e 62%.

A situação do emprego é boa para 40% dos que vivem aqui (ruim para 44%). Lá, uma avaliação bem mais pessimista, 8% contra 74%.

Futuro

As expectativas deles também são bem negativas: apenas 34% acham que a situação econômica do país vai melhorar nos próximos seis meses — 46% apostam numa piora. No Brasil, houve um empate técnico: 43% são otimistas contra 42% que revelaram pessimismo.

Viva México

Quem se saiu bem foi a presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, que assumiu em outubro: 61,3% aprovam a maneira como vem governando o país, contra 34,2%. Dos ouvidos, 51,7% classificaram seu governo de bom ou excelente; 28%, de ruim ou muito ruim.

Mudança

A entrada na pauta da Câmara do projeto que reduz, até 2026, 10% dos incentivos fiscais demonstra uma mudança na Casa. Em 2024, deputados rejeitaram proposta que previa o mesmo corte, mas até 2031. Hoje presidente da Câmara, Hugo Motta, votou contra.

Mantidos

De autoria do deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), o projeto, porém, preserva benefícios de muitos setores. Entre eles estão zonas de livre comércio, como a de Manaus, entidades sem fins lucrativos (o que inclui hospitais privados), micro e pequenas empresas.